VARIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2015 A 2017[1]

Guilherme Augusto Weizenmann

Resumo: O estudo teve por objetivo identificar a variação do saldo de Dívida Ativa dos municípios que compõem o Vale do Taquari, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Em decorrência da descontrolada gestão dos recursos públicos municipais, a necessidade de garantir o equilíbrio fiscal e a efetiva arrecadação dos tributos de sua competência, passa pela gestão eficaz de todos os recursos que o ente federado tem à disposição. Foi realizado um estudo com os 36 municípios no período de 2015 a 2017, cujas informações foram obtidas exclusivamente através das Finanças do Brasil, obtidos através do endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional. O Tratamento dos dados foi realizado por meio da padronização das informações de acordo com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Com base na análise pode-se verificar que os municípios mantêm saldos de Dívida Ativa elevados, o que leva a constatação de que o controle pode não ser eficaz. Permite concluir, inclusive, que alguns municípios sequer registram seus saldos, ou, se registram, o fazem em classificação de contas indevidas.

Palavras-chave: Dívida Ativa. Municípios. Vale do Taquari.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios brasileiros, em sua grande maioria, são de pequeno porte, cujas fontes de recurso são muito escassas. Dessa forma, em muitos casos, os administradores se veem obrigados a readaptar as formas de conduzir as atividades, visto que a receita é incerta, ao contrário da despesa.

Em razão da descentralização governamental, os municípios estão recebendo sempre mais autonomia, ou seja, a competência funcional dos demais entes da federação é repassada aos municípios, não recebendo, necessariamente, contrapartida de recursos para tal finalidade.

Esta necessidade de obtenção de recursos está diretamente ligada à gestão dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa.

---

[1] Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Contabilidade Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade Pública.

Constituem a Dívida Ativa, de acordo com os ensinamentos de Kohama (2006, p. 84), “as importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recebidos no prazo de vencimento, a partir da data de sua inscrição”.

Em outras palavras, segundo Andrade (2006), nada mais são do que créditos da Fazenda Pública, tributários ou não, que, em razão da não quitação de acordo com a legislação, devem ser inscritos em livros de registros e escriturados em contas específicas.

O presente estudo contempla somente os saldos de Dívida Ativa, que consiste no estoque de dívida registrado na fazenda municipal e que, enquanto que não houver esforço para arrecadá-los, faltam para atender as necessidades da população.

Visando contribuir com a avaliação da gestão das entidades públicas municipais, a pesquisa busca responder o seguinte problema: Qual a variação da Dívida Ativa nos municípios do Vale do Taquari de 2015 a 2017?

O estudo teve por objetivo identificar a variação do saldo de Dívida Ativa dos municípios que compõem o Vale do Taquari, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul.

Buscando identificar essa evolução e sua composição nos Municípios do Vale do Taquari, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa através dos dados que os municípios enviam anualmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Cabe salientar que a amostra do presente estudo são os 36 municípios que compõe o Vale do Taquari.

A eficácia na coleta dos dados tem total relação com os instrumentos escolhidos. Portanto, deve-se optar por aqueles que se aplicam melhor conforme o contexto da pesquisa (DIEHL e TATIM, 2004).

Dessa forma, a coleta dos dados se deu exclusivamente através de documentos oficiais divulgados por órgãos competentes, como, neste caso, pelos relatórios Finanças do Brasil (FINBRA), obtidos através do endereço eletrônico da STN, dos municípios que compõem a amostra.

Para alcançar as variáveis do estudo, pode-se considerar que os métodos de tratamento de dados são o comparativo e estatístico, uma vez que o objeto em estudo foi comparado entre o espaço de tempo definido, bem como, de forma estatística, com outros municípios.

Baseando-se nos dados, é necessário ressaltar que se efetuou o tratamento dos dados por meio da padronização das informações de acordo com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com a finalidade de atribuir homogeneidade.

Como fator limitante da pesquisa é possível citar a falta de informações mais detalhadas, dada a amplitude do estudo – número de municípios e o período de abrangência – e o tempo hábil para a sua realização, pois não houve contato direto com os administradores e técnicos dos respectivos municípios e nem com os balanços propriamente ditos.

Outra limitação a ser considerada é quanto à disponibilidade dos dados, uma vez que eles foram obtidos através dos documentos oficiais disponíveis no endereço eletrônico da STN. Desta forma, não se considera as particularidades para alcançar um entendimento satisfatório a respeito dos dados encontrados, bem como sua fidedignidade.

2 REFERENCIAL E RESULTADOS DA PESQUISA

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é peça importante no desenvolvimento do trabalho, pois fornece a fundamentação da qual se necessita para compreender os aspectos abordados no estudo, apresentando, portanto, o conhecimento de diversos estudiosos sobre a matéria.

2.1.1 Administração Pública

Kohama (2016, p. 9) conceitua a Administração Pública como "todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas". Comenta, ainda, que não basta apenas executar o serviço, também é necessário dirigir, governar e exercer a vontade com o intuito de obter um resultado útil.

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir do exercício de 2017, a administração pública, através das ações do governo, busca maior racionalidade e eficiência, ampliando os resultados, a transparência e benefícios gerados para a população.

Com base nisso, Jund (2006, p. 22) expressa que a atividade financeira da Administração Pública se distingue pelos instrumentos que necessita para a obtenção de recursos, propondo a viabilidade e a satisfação das necessidades sociais. O mesmo autor

acrescenta que as finanças públicas "não são somente um meio para assegurar a cobertura para as despesas do governo; são, também, fundamentalmente, um meio de intervir na economia, de pressionar ou estimular a estrutura produtiva e de modificar as formas de distribuição da renda".

Assim como todas as organizações administrativas, a Administração Pública "é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade [...], ordenada pelo Poder Executivo de forma que distribua e escalone as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo a relação de subordinação" (JUND, 2006, p. 28).

2.1.2 Contabilidade Pública

Conceituada por Assumpção (2011), a Contabilidade Pública é vista como a ciência que estuda, registra, interpreta e controla os atos da administração pública, prevendo receitas e fixando despesas à execução orçamentária, financeira e patrimonial, sendo analisadas e interpretadas pela legislação aplicável.

De acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 43), "pode-se afirmar que o grande objetivo da contabilidade é planejar e colocar em prática sistemas de informações para os mais diversos tipos de organização, com ou sem fins lucrativos".

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC TSP Estrutura Conceitual, especifica que o objetivo da contabilidade, através das demonstrações contábeis, é fornecer aos usuários informações confiáveis para uma avaliação do desempenho e da situação patrimonial da entidade.

Diehl e Tatim (2004, p. 45) atribuem à contabilidade pública as seguintes tarefas: "controle e gestão de finanças públicas, com a responsabilidade pela escrituração contábil, o orçamento e sua execução; elaboração de balanços e demonstrações para atestar a exatidão e a fidedignidade dos números e informações".

2.1.2.1 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)

O MCASP define o plano de contas como uma estrutura básica da escrituração contábil, utilizado de forma obrigatória, segundo o artigo 2º da LC 101/00, por todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes, que permite o registro dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas.

Em complemento a isso, o Manual complementa que foi imprescindível a criação de um plano de contas padronizado, e, com isso:

- Atender a conceitos e procedimentos utilizados internacionalmente;
- Atender a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto a consolidação das contas nacionais;
- Atender a necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado.

Cabe ressaltar que, segundo o que consta no artigo 7º do Decreto nº 6.976/2009, compete ao Sistema de Contabilidade Federal, ou seja, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a manutenção e o aprimoramento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, bem como o processo de padronização dos atos e fatos da administração pública. Ainda, consoante com o inciso XXVIII da mesma legislação, cabe à STN:

> editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas aplicado ao setor público, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público.

2.1.3 Receita Pública

De acordo com a Portaria nº 340, de 26 de abril de 2006, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública, "Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas".

Complementando o que define o Manual, as receitas exercem influência direta na situação patrimonial, sendo utilizadas como fontes de financiamento para atender as necessidades da população (ASSUMPÇÃO, 2011).

Kohama (2016, p. 66) conceitua a Receita Pública como:

> todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

2.1.4 Caracterização da Dívida Ativa

2.1.4.1 Aspectos Conceituais e Legais

Segundo o MCASP, parte III (2016, p. 313), dívida ativa é

> o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

Por conseguinte, o § 2º do art. 39 da Lei 4.320/64 classifica os dois grupos da dívida ativa:

- Dívida Ativa Tributária - é o crédito da Fazenda Pública, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas;
- Dívida Ativa não Tributária - são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Salienta-se que "a inscrição da Dívida Ativa não é uma receita e sim um registro de direito ativo do ente público. O pagamento [...] é que será reconhecido como receita, na data de seu recolhimento, considerando-se aí o regime contábil "de caixa" (ANDRADE, 2006, p. 84).

O mesmo autor ainda observa que o valor inicialmente registrado pode sofrer alterações com o passar do tempo, referindo-se à incidência de correção monetária, atualização e revisão de valores.

Andrade (2006, p. 85) complementa lecionando que não se pode confundir dívida ativa com dívida passiva. "A primeira é o ativo das instituições públicas, são os créditos que

ela tem com terceiros [...], enquanto a segunda representa seu passivo, ou seja, seus débitos com terceiros [...]".

2.1.4.2 Contabilização da Dívida Ativa

De acordo com o MCASP, mediante a verificação do vencimento dos créditos a receber, deve ser feito o registro da inscrição dos créditos de dívida ativa juntamente com os ajustes para perdas, respeitando a legislação sobre procedimentos e prazos de cada órgão.

Segundo Piscitelli e Timbó (2015, p. 150) "a inscrição se poderia fazer, teoricamente, logo após o vencimento. Na prática, entretanto, tais procedimentos são demorados, realizando-se, às vezes, só no exercício seguinte àquele do vencimento da obrigação."

O Manual observa que

> A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil permutativo, pois não altera o valor do patrimônio líquido do ente público. [...]. Dessa forma, considerando-se o ente como um todo, há apenas a troca do crédito a receber não inscrito pelo crédito inscrito em dívida ativa, sem alteração do valor do patrimônio líquido. (MCASP, 2016, p. 315)

Complementando, o Manual estabelece que, tendo em vista que o inadimplemento torna o recebimento incerto, quando existe a troca do registro dos créditos a receber pelo registro da dívida ativa, existe, também, a troca do ativo circulante pelo ativo não circulante. Entretanto, caso o ente consiga estimar com certo nível de certeza o montante de créditos com expectativa de recebimento inferior a 12 meses da data das demonstrações contábeis, estes valores poderão compor o grupo do ativo circulante.

2.1.4.3 Baixa

Segundo o MCASP, a baixa da dívida ativa pode ocorrer através do recebimento em espécie, bens e direitos; abatimento ou anistia, cancelamento administrativo ou judicial da inscrição, ou compensação de créditos inscritos em dívida ativa com créditos contra a Fazenda Pública.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Com relação ao comportamento da Dívida Ativa, verificou-se crescimentos muito elevados no exercício de 2016 em comparação ao de 2015. O município de Venâncio Aires, que possui cerca de 70 mil habitantes, apresentou uma variação de 912,83% de um ano para outro. Em números reais, o montante de Dívida Ativa aumentou em R$ 28.211.515,30, passando de R$ 3 milhões para R$ 31 milhões.

Tabela 1 – Maiores percentuais de evolução da Dívida Ativa de 2016 em relação a 2015

2016 em relação a 2015	
Município	**%**
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	912,83%
Prefeitura Municipal de Relvado - RS	334,98%
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	242,24%
Prefeitura Municipal de Travesseiro - RS	229,43%
Prefeitura Municipal de Westfália - RS	221,68%
Prefeitura Municipal de Ilópolis - RS	157,53%
Prefeitura Municipal de Forquetinha - RS	88,78%
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	84,73%
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	68,74%
Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	58,06%

Fonte: Dados da pesquisa.

Outros cinco municípios apresentaram variações de estoque de Dívida Ativa acima de 100%: Relvado, Arvorezinha, Travesseiro, Westfália e Ilópolis. Curiosamente, com exceção de Arvorezinha e de Venâncio Aires, todos os demais possuem população inferior a 5 mil habitantes. Como são municípios de pequeno porte, imagina-se possa ter havido uma alteração nos procedimentos de lançamento da dívida.

Para os municípios de Roca Sales, Teutônia e Vespasiano Corrêa, é possível identificar variações negativas no saldo total da Dívida Ativa, cujos percentuais representaram -12,91%, -91,32% e -95,49%, respectivamente.

Para o município de Roca Sales é compreensível que possa ter havido uma redução por diversos fatores, sejam eles por cancelamento de dívida, arrecadação, dentre outros. Para Teutônia houve uma redução de mais de R$ 20 milhões. Em Vespasiano Corrêa percebeu-se que em 2016 a Dívida Ativa Tributária encontrava-se zerada, e a Não-Tributária com valor

insignificante. No município de Cruzeiro do Sul, em 2015, o saldo da dívida era de R$ 2,5 milhões, e no ano seguinte encontrava-se zerada.

Analisando o período seguinte, ou seja, comparando as variações de 2017 em relação à 2016, é possível identificar que em dois municípios o saldo da dívida apresentou variações positivas superiores a 1.000%: Teutônia e Vespasiano Corrêa.

Em Teutônia, no exercício de 2017, verificou-se a existência de R$ 30,7 milhões de saldo de Dívida Ativa, perante aos quase R$ 2 milhões do ano anterior, o que explica a variação de 1.467,54%. Em Vespasiano Corrêa verificou-se que o saldo da Dívida Ativa, por menor que fosse (R$ 32,5 mil), apresentou variação muito elevada em virtude do saldo no ano anterior ter sido extremamente baixo.

Tabela 2 – Maiores percentuais de evolução da Dívida Ativa de 2017 em relação a 2016

2017 em relação a 2016	
Município	**%**
Prefeitura Municipal de Teutônia - RS	1.467,54%
Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa - RS	1.269,25%
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	49,65%
Prefeitura Municipal de Colinas - RS	37,60%
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	30,62%
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	26,70%
Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS	26,31%
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	25,54%
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	23,31%
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	22,67%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a variação negativa, comparando 2017 a 2016, verificou-se que os municípios de Canudos do Vale, Capitão e Paverama apresentaram -2,91%, -5,67% e -96,96%, respectivamente. O município de Paverama, que possui cerca de 8,5 mil habitantes, reduziu mais de R$ 1 milhão do estoque de Dívida Ativa de um ano para outro, remanescendo, em 2017, o saldo de R$ 33.897,72.

Já os municípios de Encantado e Taquari apresentaram em seus balanços a inexistência de saldo de Dívida Ativa. Em se tratando de municípios com cerca de 22 mil habitantes como é o caso de Encantado, e de 27 mil habitantes como é o caso de Taquari, conclui-se que a inexistência de saldo de Dívida Ativa no balanço representa a falta de

lançamento contábil destes valores, ou o lançamento em classificações contábeis que não possuem essa finalidade, o que desrespeita o plano de contas padronizado.

Para que se tenha uma compreensão a respeito do período total do estudo, a Tabela 3 nos apresenta a evolução da Dívida Ativa de 2015 a 2017.

De acordo com a Tabela 3, podemos verificar que vários municípios apresentaram variações consideráveis. Entretanto, sem sombra de dúvidas, o município de Venâncio Aires apresentou um percentual muito superior aos demais municípios. A variação de 1.222,93% se deu em virtude de um saldo de R$ 3,09 milhões em 2015 para R$ 40,9 milhões em 2017.

Tabela 3 – Maiores percentuais de evolução da Dívida Ativa no período do estudo

2017 em relação a 2015	
Município	**%**
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	1.222,93%
Prefeitura Municipal de Relvado - RS	365,85%
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	322,00%
Prefeitura Municipal de Travesseiro - RS	273,05%
Prefeitura Municipal de Westfália - RS	263,71%
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	176,46%
Prefeitura Municipal de Ilópolis - RS	158,71%
Prefeitura Municipal de Forquetinha - RS	112,70%
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	106,99%
Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS	96,19%

Fonte: Dados da pesquisa.

Três municípios apresentaram variação negativa no período: Cruzeiro do Sul, Vespasiano Corrêa e Paverama, com -16,92%, -38,18% e -96,69%, respectivamente. Taquari e Encantado, como já mencionado anteriormente, não possuem saldos de Dívida Ativa registrados em seus ativos. Para o município de Nova Bréscia não foi possível calcular a variação do período, pois em 2015 apresentava saldo zerado e em 2017 apresentou um montante de R$ 287.948,29 de Dívida Ativa.

Em se tratando da análise de representatividade do saldo de Dívida Ativa no Ativo Total, é possível identificar na Tabela 6 que os municípios de Lajeado e Muçum possuem 22,82% e 22,50% de seu ativo advindo de dívidas com o município, sejam tributárias ou não-tributárias. A lista é seguida pelo município de Marques de Souza, cujo percentual é de 12,38%. Os demais municípios possuem representatividade inferior a 10% do Ativo Total.

No exercício de 2017 é possível verificar que o topo da lista é representado pelos mesmos municípios que já possuíam a maior representatividade sobre o ativo total em 2016, conforme demonstrado na Tabela 5.

Cabe destacar, ainda, que o município de Cruzeiro do Sul passou de 0% em 2016 para 5,88% no exercício seguinte, e o município de Teutônia passou de 0,89% para 13,07%, a maior variação registrada de Dívida Ativa sobre o Ativo Total entre todos.

Tabela 4 – Maiores percentuais de Dívida Ativa sobre o Ativo Total em 2016

2016	
Município	**Dívida Ativa sobre Ativo Total**
Prefeitura Municipal de Muçum - RS	22,82%
Prefeitura Municipal de Lajeado - RS	22,50%
Prefeitura Municipal de Marques de Souza - RS	12,38%
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	9,94%
Prefeitura Municipal de Roca Sales - RS	9,72%
Prefeitura Municipal de Fazenda Vilanova - RS	7,86%
Prefeitura Municipal de Arroio do Meio - RS	7,71%
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	6,87%
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	4,77%
Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os demais municípios apresentaram percentuais inferiores a 4,77% em ambos os exercícios analisados.

Tabela 5 – Maiores percentuais de Dívida Ativa sobre o Ativo Total em 2017

2017	
Município	**Dívida Ativa sobre Ativo Total**
Prefeitura Municipal de Lajeado - RS	25,90%
Prefeitura Municipal de Muçum - RS	24,35%
Prefeitura Municipal de Marques de Souza - RS	13,09%
Prefeitura Municipal de Teutônia - RS	13,07%
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	11,64%
Prefeitura Municipal de Roca Sales - RS	10,81%
Prefeitura Municipal de Arroio do Meio - RS	8,64%
Prefeitura Municipal de Fazenda Vilanova - RS	8,44%
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	7,58%
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	5,99%

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando esta variável de representatividade sobre o Ativo Total, é possível concluir que, salvo os municípios de Lajeado e Muçum, por mais que os municípios tenham saldos elevados no estoque da Dívida Ativa, ainda possuem diversos outros ativos mais significativos em termos numéricos, o que não os exime da responsabilidade de manter uma política forte de cobrança destes valores.

3 CONCLUSÕES

Com o presente estudo foi possível identificar que a maioria dos municípios do Vale do Taquari se classificam como de pequeno porte, no qual 63,6% possuem menos de 5 mil habitantes.

No instrumento de coleta de dados utilizado foram identificados os valores contabilizados pelos municípios em seu balanço. Uma vez que existe um plano de contas padronizado e de uso obrigatório por todos os entes da federação, existe uma facilidade em identificar as classificações que apresentam os saldos de Dívida Ativa.

Todavia, identificou-se municípios que, em relação à amostra do presente estudo, podem ser considerados de médio porte, e que não possuem saldos registrados nas devidas contas de Dívida Ativa. Dessa forma é possível concluir que a inexistência de saldo significa a falta de registro contábil destes valores, ou, em caso de registro, o lançamento foi realizado em classificações contábeis que não possuem essa finalidade.

Por fim, concluiu-se que a variação da Dívida Ativa nos municípios do Vale do Taquari se mostra em crescimento. Dessa forma, pressupõe-se que não existe uma cobrança eficaz sobre esses débitos, sejam eles realizados de forma administrativa ou judicial. Percebe-se, também, que não existe um esforço muito grande para que se faça uma cobrança dos débitos do exercício, uma vez que se não cobrados em tempo hábil, transformam-se em Dívida Ativa.

Mesmo a lei lhe conferindo inúmeras prerrogativas da supremacia do interesse público sobre o particular, o processo de cobrança tende a representar um desperdício de recursos ao erário, visto que as execuções fiscais não são solucionadas em prazo razoável, encerrando-se, geralmente, pela prescrição.

De qualquer forma, tendo em vista a grande necessidade financeira e a falta de recursos que os municípios enfrentam para suprir as diversas demandas, seria de grande valia

se os gestores municipais atentassem para que estes recursos pudessem ingressar nos cofres públicos e auxiliassem no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população, uma vez que se tem o hábito de atentar somente para a redução de gastos e não para um aumento na arrecadação.

Tendo em vista a relevância do assunto, e com base nos resultados obtidos, se sugere que a pesquisa seja realizada individualmente nos entes federativos, a fim de se aprofundar e buscar maior compreensão acerca das circunstâncias que contribuem para variações tão significativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSUMPÇÃO, Marcio José. **Contabilidade aplicada ao setor público.** 1ª ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

BRASIL. Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 340, de 28 de abr. de 2006. Aprova a 3ª Edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=197265>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dez. de 2016. Aprova a Parte I da 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 840, de 21 de dez. de 2016. Aprova a Parte II, III, IV e V da 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**: NBC TSP Estrutura Conceitual. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**: NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivo em Entidades do Setor Público. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 07 ago. 2018.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FONSECA, Charlie Rodrigues. **A cobrança da Dívida Ativa fazendária: Efetividade da execução fiscal e meios alternativos de cobrança.** Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/a-cobranca-da-divida-ativa-fazendaria.htm#capitulo_8>. Acesso em: 05 dez. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUND, Sergio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública:** Teoria e 830 questões. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

UNISUL

APENDICE A – Dados de 2015

	Ativo	Dívida Ativa Tributária	Dívida Ativa Não-Tributária
Prefeitura Municipal de Anta Gorda - RS	24.904.507,29	229.815,58	651.422,30
Prefeitura Municipal de Arroio do Meio - RS	43.141.242,76	3.133.607,04	27.592,82
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	57.374.054,80	57.324,34	83.434,89
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	35.355.312,75	2.466.676,38	246.026,00
Prefeitura Municipal de Canudos do Vale - RS	10.630.337,40	44.909,40	38.185,74
Prefeitura Municipal de Capitão - RS	14.228.668,61	339.093,62	15.164,35
Prefeitura Municipal de Colinas - RS	15.157.442,53	201.075,90	337.764,33
Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo - RS	17.285.340,83	25.945,31	143.550,23
Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - RS	30.633.685,95	2.298.903,68	221.796,14
Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS	17.981.168,26	210.368,16	133.869,93
Prefeitura Municipal de Encantado - RS	77.782.956,28	-	-
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	194.829.228,98	8.677.898,25	3.297.734,26
Prefeitura Municipal de Fazenda Vilanova - RS	23.838.348,55	1.248.534,12	293.953,13
Prefeitura Municipal de Forquetinha - RS	16.983.324,33	124.886,64	153.919,85
Prefeitura Municipal de Ilópolis - RS	34.582.495,72	170.979,95	10.251,48
Prefeitura Municipal de Imigrante - RS	24.681.695,21	486.343,92	438.984,37
Prefeitura Municipal de Lajeado - RS	179.591.017,16	26.740.761,18	5.407.619,00
Prefeitura Municipal de Marques de Souza - RS	13.013.531,35	100.195,57	1.603.392,96
Prefeitura Municipal de Muçum - RS	10.498.499,99	2.178.873,20	66.939,98
Prefeitura Municipal de Nova Bréscia - RS	20.734.780,42	-	-
Prefeitura Municipal de Paverama - RS	32.030.859,35	933.084,90	91.157,48
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	21.211.452,30	124.446,08	14.419,69
Prefeitura Municipal de Pouso Novo - RS	11.422.880,16	103.387,41	333.798,54
Prefeitura Municipal de Progresso - RS	16.695.156,19	141.928,39	240.302,67
Prefeitura Municipal de Putinga - RS	26.626.120,90	118.955,72	249.671,48
Prefeitura Municipal de Relvado - RS	15.722.200,41	14.317,98	43.882,27
Prefeitura Municipal de Roca Sales - RS	27.934.941,14	2.481.392,60	49.490,58
Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	21.562.870,87	647.797,55	97.790,19
Prefeitura Municipal de Sério - RS	22.535.772,28	2.291,78	22.964,16
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	15.811.591,84	244.732,16	25.685,45
Prefeitura Municipal de Taquari - RS	43.182.445,06	-	-
Prefeitura Municipal de Teutônia - RS	205.363.806,28	17.484.624,32	5.152.814,54
Prefeitura Municipal de Travesseiro - RS	9.499.187,78	19.887,80	8.171,51
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	277.762.297,25	2.817.991,82	272.563,80
Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa - RS	16.578.649,15	45.805,80	6.766,56
Prefeitura Municipal de Westfália - RS	23.559.733,71	95.501,57	9.238,82

UNISUL

APENDICE B – Dados de 2016

	Ativo	Dívida Ativa Tributária	Dívida Ativa Não-Tributária
Prefeitura Municipal de Anta Gorda - RS	33.026.092,46	284.505,28	783.165,68
Prefeitura Municipal de Arroio do Meio - RS	53.111.364,91	4.062.980,55	30.171,92
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	70.840.725,81	113.296,89	368.441,02
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	61.861.089,07	2.621.528,81	326.714,29
Prefeitura Municipal de Canudos do Vale - RS	13.242.035,52	52.861,00	47.737,88
Prefeitura Municipal de Capitão - RS	16.598.747,54	424.369,42	17.715,75
Prefeitura Municipal de Colinas - RS	16.897.109,71	280.463,33	357.522,30
Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo - RS	18.795.457,43	34.823,06	207.111,68
Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - RS	36.010.642,36	-	-
Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS	18.575.764,12	366.384,77	168.319,71
Prefeitura Municipal de Encantado - RS	85.597.357,74	-	-
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	202.018.972,31	10.014.852,66	3.862.519,36
Prefeitura Municipal de Fazenda Vilanova - RS	26.373.885,41	2.052.116,82	19.805,96
Prefeitura Municipal de Forquetinha - RS	24.360.314,36	133.543,18	392.777,79
Prefeitura Municipal de Ilópolis - RS	36.818.128,50	141.692,43	325.033,26
Prefeitura Municipal de Imigrante - RS	28.061.479,24	612.247,15	589.149,68
Prefeitura Municipal de Lajeado - RS	208.769.906,51	40.216.822,21	6.758.002,80
Prefeitura Municipal de Marques de Souza - RS	19.018.262,14	422.374,33	1.932.049,75
Prefeitura Municipal de Muçum - RS	12.054.378,25	2.678.130,40	72.535,38
Prefeitura Municipal de Nova Bréscia - RS	25.361.419,82	221.623,47	44.714,97
Prefeitura Municipal de Paverama - RS	36.030.239,33	1.113.183,07	3.615,31
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	23.220.763,56	240.697,81	15.829,47
Prefeitura Municipal de Pouso Novo - RS	13.239.349,57	276.996,81	322.106,65
Prefeitura Municipal de Progresso - RS	14.313.256,29	231.208,23	323.000,01
Prefeitura Municipal de Putinga - RS	30.196.096,54	146.676,63	295.023,69
Prefeitura Municipal de Relvado - RS	18.265.960,66	183.687,18	69.473,19
Prefeitura Municipal de Roca Sales - RS	22.674.404,62	2.014.641,57	189.461,31
Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	25.888.114,73	973.981,32	204.522,06
Prefeitura Municipal de Sério - RS	26.922.380,22	2.673,27	36.324,10
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	14.847.330,01	418.210,41	38.083,20
Prefeitura Municipal de Taquari - RS	43.288.611,54	-	-
Prefeitura Municipal de Teutônia - RS	220.042.189,61	1.598.614,09	365.187,40
Prefeitura Municipal de Travesseiro - RS	10.659.203,86	28.589,98	63.844,96
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	314.881.915,63	25.528.787,63	5.773.283,29
Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa - RS	17.624.281,65	-	2.373,57
Prefeitura Municipal de Westfália - RS	28.010.501,68	315.705,35	21.222,99

UNISUL

APENDICE C – Dados de 2017

	Ativo	Dívida Ativa Tributária	Dívida Ativa Não-Tributária
Prefeitura Municipal de Anta Gorda - RS	35.907.355,02	330.070,09	881.316,18
Prefeitura Municipal de Arroio do Meio - RS	56.525.395,68	4.855.822,33	26.615,76
Prefeitura Municipal de Arvorezinha - RS	74.804.866,00	221.968,86	372.041,65
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - RS	61.749.318,06	3.228.593,12	472.516,23
Prefeitura Municipal de Canudos do Vale - RS	15.779.376,67	72.896,16	24.775,64
Prefeitura Municipal de Capitão - RS	17.269.383,67	398.427,06	18.606,04
Prefeitura Municipal de Colinas - RS	18.427.979,52	307.101,62	570.748,92
Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo - RS	19.684.770,75	38.957,31	240.819,30
Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - RS	35.637.195,05	2.094.204,39	-
Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS	19.411.270,78	472.518,85	202.851,23
Prefeitura Municipal de Encantado - RS	148.901.563,29	-	-
Prefeitura Municipal de Estrela - RS	231.935.301,10	12.660.945,04	4.922.323,74
Prefeitura Municipal de Fazenda Vilanova - RS	29.751.870,54	2.480.517,64	31.665,74
Prefeitura Municipal de Forquetinha - RS	25.586.073,76	283.906,34	309.125,27
Prefeitura Municipal de Ilópolis - RS	39.865.771,28	151.946,21	316.915,66
Prefeitura Municipal de Imigrante - RS	30.584.644,57	710.738,05	670.178,23
Prefeitura Municipal de Lajeado - RS	217.452.385,59	48.050.149,04	8.271.637,35
Prefeitura Municipal de Marques de Souza - RS	21.032.142,50	512.297,68	2.240.034,90
Prefeitura Municipal de Muçum - RS	12.189.850,69	2.859.381,63	108.255,78
Prefeitura Municipal de Nova Bréscia - RS	25.864.615,61	258.380,12	29.568,17
Prefeitura Municipal de Paverama - RS	38.948.649,33	27.050,42	6.847,30
Prefeitura Municipal de Poço das Antas - RS	24.080.977,53	304.124,82	79.780,56
Prefeitura Municipal de Pouso Novo - RS	14.436.075,04	334.365,34	354.842,40
Prefeitura Municipal de Progresso - RS	15.603.895,88	243.053,37	382.325,19
Prefeitura Municipal de Putinga - RS	33.497.677,35	166.015,54	321.961,82
Prefeitura Municipal de Relvado - RS	19.201.372,93	158.452,52	112.672,32
Prefeitura Municipal de Roca Sales - RS	23.525.372,29	2.333.617,92	209.540,86
Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul - RS	37.065.211,84	1.160.138,56	256.326,33
Prefeitura Municipal de Sério - RS	28.837.325,97	2.517,33	39.891,68
Prefeitura Municipal de Tabaí - RS	13.721.177,60	508.724,39	51.009,66
Prefeitura Municipal de Taquari - RS	64.610.083,90	-	-
Prefeitura Municipal de Teutônia - RS	235.584.205,74	23.013.601,45	7.769.753,35
Prefeitura Municipal de Travesseiro - RS	11.995.251,76	38.675,94	66.000,67
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - RS	351.105.092,66	34.747.364,53	6.138.602,36
Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa - RS	18.244.589,91	29.000,00	3.500,00
Prefeitura Municipal de Westfália - RS	30.194.100,80	354.360,55	26.586,20